



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 51 - Diante da regra do artigo 791 da CLT que assegura o *jus postulandi* na Justiça do Trabalho e de acordo com o disposto no artigo 133 da Constituição Federal, que prevê a indispensabilidade do advogado para administração da justiça, é correto afirmar que a presença do advogado é exigida quando:

- A) Da oposição de Recurso Ordinário, de Revista e ajuizamento de Ação Rescisória.
- B) Da oferta de Embargos de Declaração e no ajuizamento de Ação de Reconvenção.
- C) Houver pedido de Tutela Antecipada e nos casos de levantamento de valores.
- D) Do indeferimento do pedido de assistência judiciária gratuita com base na Lei 5.584/70.
- E) Do ajuizamento de Embargos de Terceiro.

QUESTÃO 52 - Quanto à audiência, analise as expressões abaixo e posteriormente responda:

- I. Terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, podendo o juiz *ex officio* interrogar os litigantes.
- II. O depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo juiz.
- III. A audiência de julgamento será contínua; mas, se não for possível, por motivo de força maior, concluí-la no mesmo dia, o juiz marcará sua continuação para a primeira desimpedida, independentemente de nova notificação.
- IV. Findo o interrogatório poderá qualquer dos litigantes retirar-se, prosseguindo a instrução com seu representante.

- A) Apenas a de número I e IV são corretas.
- B) Todas são corretas.
- C) Apenas as de número II e IV são corretas.
- D) Apenas as de número II e III são corretas.
- E) Apenas a de numero II é correta.

QUESTÃO 53 - Quanto ao recurso ordinário nas reclamações trabalhistas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, assinale a alternativa incorreta

- A) será imediatamente distribuído, uma vez recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de dez dias, e a Secretaria do Tribunal ou Turma colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, sem revisor.
- B) terá parecer oral do representante do Ministério Público presente à sessão de julgamento, se este entender necessário o parecer, com registro na certidão.
- C) os Tribunais Regionais, divididos em Turmas, poderão designar Turma para o julgamento dos recursos ordinários interpostos das sentenças prolatadas nas demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo.
- D) terá parecer escrito do representante do Ministério Público presente à sessão de julgamento, se este entender necessário, devendo ser concedido prazo para sua apresentação.
- E) terá acórdão consistente unicamente na certidão de julgamento, com a indicação suficiente do processo e parte dispositiva, e das razões de decidir do voto prevalente. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a certidão de julgamento, registrando tal circunstância, servirá de acórdão.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

QUESTÃO 54 - No que se refere à organização da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta:

- A) Os órgãos da Justiça do Trabalho funcionarão perfeitamente coordenados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
- B) Os órgãos da Justiça do Trabalho funcionarão perfeitamente coordenados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Região respectiva
- C) Os órgãos da Justiça do Trabalho funcionarão de forma independente, sob a orientação do presidente do Tribunal Superior do Trabalho.
- D) Os órgãos da Justiça do Trabalho funcionarão de forma independente, sob a orientação do presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Região respectiva.
- E) Os órgãos da Justiça do Trabalho funcionarão perfeitamente coordenados, em regime de mútua colaboração, sob a orientação do presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

QUESTÃO 55 - Assinale a alternativa incorreta. Nos dissídios individuais e nos dissídios coletivos do trabalho, nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho, bem como nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício de jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento), e serão calculadas:

- A) Quando houver acordo ou condenação, sobre o respectivo valor.
- B) No caso de procedência do pedido formulado em ação declaratória e em ação constitutiva, sobre o valor fixado pelo juiz.
- C) Quando houver extinção do processo, sem julgamento do mérito, sobre o valor da causa.
- D) Quando o valor for indeterminado, sobre o que o juiz fixar.
- E) Quando for julgado totalmente improcedente o pedido, sobre o valor da causa.

QUESTÃO 56 - Com relação às nulidades, analise as expressões abaixo e posteriormente responda:

- I. No processo do trabalho as nulidades não podem, em qualquer hipótese, ser argüidas de ofício, sempre dependendo da alegação das partes.
- II. No processo do trabalho a nulidade fundada em incompetência de foro deve ser declarada *ex officio*.
- III. A nulidade de citação deve ser argüida de ofício pelo Juiz, mesmo que o reclamado tenha recebido a citação.
- IV. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.

- A) Se apenas a de número I estiver correta.
- B) Se todas estiverem corretas.
- C) Se apenas as de número II e IV estiverem corretas.
- D) Se apenas as de número II e III estiverem corretas.
- E) Se todas estiverem erradas.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

QUESTÃO 57 - No que se refere à prova testemunhal no processo do trabalho, analise as expressões abaixo e posteriormente responda:

- I. As testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas.
- II. Se a testemunha for funcionário civil ou militar, e tiver de depor em hora de serviço, será requisitado ao chefe da repartição para comparecer à audiência marcada.
- III. Toda testemunha, antes de prestar o compromisso legal, será qualificada, indicando o nome, nacionalidade, profissão, idade, residência, e, quando empregada, o tempo de serviço prestado ao empregador, ficando sujeito, em caso de falsidade, às leis civis.
- IV. A testemunha que for parente até o segundo grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes, não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação.

- A) apenas a de número I é correta.
- B) todas são corretas.
- C) apenas as de número II e IV são corretas.
- D) apenas as de número I e II são corretas.
- E) todas são erradas.

QUESTÃO 58 - Com relação ao depósito recursal, conforme entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho assinale a alternativa correta:

- A) Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita às demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide.
- B) É ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção, ainda que tenha sido atingido o valor da condenação.
- C) Havendo pluralidade de empresas réis, o depósito recursal somente deve ser feito por uma delas, aproveitando às demais que recorrerem.
- D) O depósito recursal deve ser efetuado em todas as hipóteses em que a parte interponha recurso, mesmo estando garantido o juízo, na fase executória.
- E) O depósito recursal deve ser efetuado mesmo se não houver condenação a pagamento em pecúnia.

QUESTÃO 59 - No que se refere ao recurso de agravo de instrumento no processo do trabalho, quando ainda não garantido o juízo, é correto afirmar:

- A) É o recurso cabível contra qualquer decisão interlocutória.
- B) É cabível mediante realização de depósito recursal específico, quando interposto pela reclamada.
- C) Não admite retratação do juiz prolator da decisão recorrida.
- D) É cabível, sem necessidade de realização de depósito recursal por qualquer das partes.
- E) Não é cabível no processo do trabalho.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

QUESTÃO 60 - No que se refere à execução trabalhista, analise as expressões abaixo e posteriormente responda:

- I. Elaborada a conta e tornada liquida o juiz deverá abrir às partes prazo sucessivo de dez dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- II. No processo do trabalho a execução provisória far-se-á por conta e risco do credor, que se obrigará a reparar os danos causados pelo devedor.
- III. Na fase de execução do processo do trabalho não se poderá modificar ou inovar a sentença exequenda, nem discutir matéria concernente à causa principal.
- IV. No processo do trabalho a execução pode ter início por ato das partes ou do próprio magistrado, indistintamente, agindo este *ex officio*.
- V. Nas ações de competência originária dos Tribunais Regionais a execução poderá ser promovida pelo Ministério Público do Trabalho.

- A) apenas as assertivas I, III e V são corretas.
B) apenas as assertivas I, II e IV são corretas.
C) apenas as assertivas I, II e III são corretas.
D) apenas as assertivas III, IV e V são corretas.
E) apenas as assertivas III e IV são corretas.

QUESTÃO 61 - No que se refere à atuação do Ministério Público do Trabalho, analise as expressões abaixo e posteriormente responda:

- I. Compete ao Ministério Público do Trabalho manifestar-se em qualquer processo trabalhista, acolhendo a solicitação do Juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse público que justifique a intervenção.
- II. Compete ao Ministério Público do Trabalho propor ações necessárias à defesa dos direitos e interesses dos menores, incapazes e índios, decorrentes das relações de trabalho.
- III. Compete ao Ministério Público do Trabalho promover mandado de injunção, quando a competência for da Justiça do Trabalho.
- IV. Compete ao Ministério Público do Trabalho atuar como árbitro, por sua iniciativa e quando for solicitado pelas partes, nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho.
- V. Compete ao Ministério Público do Trabalho promover as ações cabíveis para declaração de nulidade de cláusula de contrato, acordo ou convenção coletiva que viole as liberdades individuais ou coletivas ou os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores ou empregadores.

- A) Apenas as assertivas I, II e V são corretas.
B) todas as assertivas são corretas.
C) Apenas as assertivas I, II e III são corretas.
D) Apenas as de número II, III e IV são corretas.
E) Apenas as assertivas I, III e V são corretas.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

QUESTÃO 62 – Com relação ao procedimento do conflito de competência no Processo do Trabalho não é correto afirmar:

- A) O juiz, a parte ou o Ministério Público do Trabalho suscitarão o conflito perante o presidente do Tribunal.
- B) Nos Tribunais Regionais do Trabalho, divididos em Turmas, compete ao Pleno o julgamento dos conflitos de competência entre suas Turmas.
- C) Havendo conflito de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal, a competência para dirimi-lo será do Supremo Tribunal Federal.
- D) Se o conflito de competência ocorrer entre Vara do Trabalho e Juiz de Direito investido da jurisdição trabalhista, a competência para solucioná-lo será do Superior Tribunal de Justiça.
- E) No âmbito do TST, compete à Seção Especializada em Dissídios Coletivos julgar os conflitos de competência entre Tribunais Regionais do Trabalho em processos de dissídio coletivo.

QUESTÃO 63 – Conforme previsão contida no artigo 897-A da CLT no que diz respeito aos embargos de declaração é correto afirmar:

- A) Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente à sua apresentação, registrada na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de obscuridade, omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.
- B) Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de oito dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente à sua apresentação, registrada na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.
- C) Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente à sua apresentação, registrada na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.
- D) Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente à sua apresentação, registrada na certidão, nos casos de contradição, omissão e dúvida, não se admitindo efeito modificativo da decisão.
- E) Caberão embargos de declaração da sentença ou acórdão, no prazo de cinco dias, devendo seu julgamento ocorrer na primeira audiência ou sessão subsequente à sua apresentação, registrada na certidão, admitido efeito modificativo da decisão nos casos de omissão, dúvida e contradição no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.

QUESTÃO 64 – Deixando de lado a figura dos embargos de declaração, que tem conceito todo peculiar e se aplica indistintamente a todos os graus de jurisdição, podem ser identificadas três modalidades de embargos como recurso em sentido estrito, no processo do trabalho. São eles:



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

- A) Os embargos de nulidade, os embargos de divergência e os embargos infringentes.
- B) Os embargos à alienação, os embargos de divergência e os embargos infringentes.
- C) Os embargos infringentes, os embargos à alienação e os embargos de terceiro.
- D) Os embargos de terceiro, os embargos de divergência e os embargos infringentes.
- E) Os embargos de divergência, os embargos à execução e os embargos infringentes.

QUESTÃO 65 - Quanto à classificação das sentenças no processo do trabalho, é incorreto afirmar que:

- A) As sentenças declaratórias pronunciam a existência ou inexistência de relação jurídica ou autenticidade ou falsidade de documento.
- B) As sentenças condenatórias são as que reconhecem a existência de uma obrigação do réu a determinada prestação, fazendo surgir para o autor um título judicial que o legitima ao exercício de uma outra pretensão, a executiva.
- C) As sentenças constitutivas são as que criam, modificam ou extinguem relações jurídicas.
- D) As sentenças mandamentais são as que geram uma ordem, um mandado que em nada se confunde com o que é expedido na execução forçada, proveniente de título judicial ou extrajudicial.
- E) As sentenças executivas são as que se restringem à verificação de um direito, não tendo o condão de fazer atuar o direito.

QUESTÃO 66 - No que se refere ao entendimento sumulado do TST quanto à consequência da ausência de uma das partes à audiência no processo do trabalho, analise as expressões abaixo e posteriormente responda:

- I. Aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor.
- II. A prova pré-constituída nos autos pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta, implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores.
- III. A reclamada, ausente à audiência em que deveria apresentar defesa, é revel, ainda que presente seu advogado munido de procuração, podendo ser ilidida a revelia mediante a apresentação de atestado médico que declare a impossibilidade de locomoção do empregador ou do preposto no dia da audiência.
- IV. A ausência do reclamante à audiência em prosseguimento em que deveria depor importa em confissão real com a presunção de veracidade dos fatos alegados pela reclamada na defesa, não se admitindo a produção de provas em audiência.

- A) Apenas as alternativas I, II e IV são corretas.
- B) Apenas as alternativas I, III e IV são corretas.
- C) Apenas as alternativas II e III são corretas.
- D) Apenas as alternativas I e III são corretas.
- E) Todas as alternativas são corretas.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

QUESTÃO 67 - Quanto à ação rescisória no processo do trabalho e, considerando entendimento sumulado do TST, analise as expressões abaixo e posteriormente responda:

- I. Não procede ação rescisória calcada em violação do artigo 7º, inciso XXIX da CF/88, quando a questão envolve discussão sobre a espécie de prazo prescricional aplicável aos créditos trabalhistas, se total ou parcial, porque a matéria tem índole infraconstitucional, construída, na Justiça do Trabalho, no plano jurisprudencial.
- II. A legitimidade *ad causam* do Ministério Público para propor ação rescisória, ainda que não tenha sido parte no processo que deu origem à decisão rescindenda, não está limitada às alíneas “a” e “b” do inciso III do artigo 487 do CPC, uma vez que traduzem hipóteses meramente exemplificativas.
- III. É cabível ação rescisória, por violação do art. 896 da CLT, “a”, da CLT, contra decisão que não conhece de recurso revista, com base em divergência jurisprudencial, pois se trata de sentença de mérito.
- IV. A ação rescisória calcada em violação de lei não admite reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda.
- V. Questão processual não pode ser objeto de ação rescisória, ainda que consista em pressuposto de validade de uma sentença de mérito.

- A) Apenas as assertivas I, III e IV são corretas.
- B) Apenas as assertivas I, II e IV são corretas.
- C) Apenas as assertivas II, III, e V são corretas.
- D) Apenas as assertivas I, III e V são corretas.
- E) Apenas as assertivas II, IV e V são corretas.

QUESTÃO 68 - Quanto aos recolhimentos previdenciários e fiscais no processo do trabalho, segundo o entendimento sumulado do TST é incorreto afirmar:

- A) O recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais deve ser feito por cada uma das partes, observado o objeto da responsabilidade respectiva, devendo incidir, em relação aos descontos fiscais, sobre o valor total da condenação.
- B) Os descontos previdenciários e fiscais devem ser efetuados pelo juízo executório, ainda que a sentença exequenda tenha sido omissa sobre a questão, dado o caráter de ordem pública ostentado pela norma que os disciplina.
- C) É do empregador a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais, resultante de crédito do empregado oriundo de condenação judicial, devendo incidir, em relação aos descontos fiscais, sobre o valor total da condenação, referente às parcelas tributáveis, calculado ao final.
- D) Em se tratando de descontos previdenciários, o critério de apuração determina que a contribuição do empregado, no caso de ações trabalhistas, seja calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas em lei, observado o limite máximo do salário-de-contribuição.
- E) A Justiça do Trabalho é competente para determinar o recolhimento das contribuições fiscais. A competência da Justiça do Trabalho, quanto à execução das contribuições previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores, objeto de acordo homologado, que integrem o salário-de-contribuição.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

Questão 69. Quanto à condição de preposto e segundo entendimento do TST é correto afirmar que:

- A) O preposto sempre deve ser empregado do reclamado.
- B) O preposto não precisa ser empregado do reclamado quando se tratar de ação movida contra micro empresário.
- C) O preposto não precisa ser empregado, bastando ter conhecimento dos fatos, cujas declarações obrigarão o preponente.
- D) O preposto não precisa ser empregado do reclamado quando se tratar de ação movida contra empresas de economia mista.
- E) O preposto precisa ser empregado do reclamado quando se tratar de ação movida contra pequeno empresário.

QUESTÃO 70 - Analise as expressões abaixo e posteriormente responda.

- I. Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.
- II. Elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
- III. No processo do trabalho a liquidação abrangerá, também, o cálculo das contribuições previdenciárias devidas.
- IV. Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda, nem discutir matéria pertinente à causa principal.
- V. As partes deverão ser previamente intimadas para apresentação do cálculo de liquidação e, após a apresentação destes, serão novamente intimadas para apresentação do cálculo das contribuições previdenciárias devidas.

- A) Apenas as assertivas de número I, II e IV são corretas.
- B) Apenas as assertivas de número III, IV e V são corretas.
- C) Apenas as assertivas de número II, III e V são corretas.
- D) Apenas as assertivas de número I, III e IV são corretas.
- E) Todas as assertivas são corretas.

QUESTÃO 71 - Assinale a alternativa correta:

- A) Em casos de lides simuladas, em que as partes submetem ao Judiciário acordo que visa apenas à renúncia de direitos pelo trabalhador, não correspondendo, portanto, à vontade deste, o juiz, diante das circunstâncias da causa e convencendo-se de que o processo foi utilizado para conseguir fim vedado por lei, não deve homologar a transação eivada de vício e, conforme previsão legal, deve suspender o curso do feito e dar ciência ao Ministério Público do Trabalho.
- B) A decisão judicial que deixa de homologar um acordo deve ser atacada exclusivamente por meio de mandado de segurança, porquanto se trata de decisão irrecurável.
- C) O juiz somente poderá socorrer-se de analogia, costumes, princípios gerais do direito e equidade nos casos expressamente previstos em lei.
- D) As regras de experiência comum subministradas ao que ordinariamente acontece, bem como as regras de experiência técnica constituem importante instrumento auxiliar na formação do convencimento judicial, devendo o magistrado socorrer-se de



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

tais regras na falta de normas jurídicas particulares suficientes ao deslinde da questão.

E) Quando for invocada no processo norma de direito municipal, estadual e estrangeiro, deve a parte interessada, se assim determinar o juiz, fazer prova do teor e da vigência; o direito consuetudinário e o direito federal presumem-se de conhecimento das partes e do magistrado, razão pela qual não demandam demonstração em juízo.

QUESTÃO 72 - Considerando os efeitos recursais conhecidos na doutrina e determinados em lei, relacione as assertivas abaixo na ordem respectiva, assinalando a alternativa correta:

- I. Decorre do princípio dispositivo e do duplo grau de jurisdição.
- II. Adia os efeitos da decisão impugnada.
- III. Só tem esse efeito se o recurso for conhecido e provido pelo mérito da causa, ainda que o Tribunal mantenha integralmente o julgado de piso.
- IV. Tem aplicação na hipótese de litisconsórcio unitário.

- A) Efeito substitutivo; efeito devolutivo; efeito translativo; efeito extensivo.
- B) Efeito devolutivo; efeito suspensivo; efeito substitutivo; efeito extensivo.
- C) Efeito extensivo; efeito suspensivo; efeito extensivo; efeito substitutivo.
- D) Efeito devolutivo; efeito suspensivo; efeito substitutivo; efeito translativo.
- E) Efeito substitutivo; efeito suspensivo; efeito substitutivo; efeito regressivo.

QUESTÃO 73 - A concessão de medida liminar até decisão final do processo, em ações trabalhistas que visem tornar sem efeito a transferência disciplinar, aproxime-se de uma figura jurídica abaixo. Assinale:

- A) Ação executiva.
- B) Ação mandamental.
- C) Ação anulatória.
- D) Ação de indébito.
- E) Ação inibitória.

QUESTÃO 74 - O legislador processual trabalhista cunhou a expressão “atos e termos processuais”, sem fazer a necessária diferença entre um e outro, como de rigor o faz a doutrina. Para esta teríamos que o ato processual é aquele que entra na formação do processo para dar vida e movimento a ação e termo é a concretização escrita de tais atos. Considerada a afirmação supra, aponte a assertiva correta:

- A) Ato processual é aquele somente praticado pelo juiz e necessariamente registrado nos autos do processo pela Secretaria da Vara.
- B) Ato processual é o praticado pelas partes e necessariamente registrado nos autos do processo pela Secretaria da Vara.
- C) Ato processual compreende o depoimento da parte, os firmados a rogo, os praticados e concretizados por intermédio de certificação digital e enviados por meio virtual, embora com a necessidade posterior de juntar os originais para a especificação do termo de tais atos.
- D) É autorizada a transmissão de dados e imagens *fac-símile* e neste caso para a concretização dos atos os originais devem ser entregues até 5 dias do prazo da prática do ato e/ou inexistindo prazo, em 5 dias da recepção do ato, quando o processo tramita na comarca de origem.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

E) Os atos e termos processuais respectivos permitem a concretização do mundo jurídico-processual pelos mais variados meios: escrita regular, taquigrafia, transmissão por *e-mail*, estenotipia e outros, desde que possam ser seguramente verificados para a produção dos efeitos desejados pelos sujeitos do processo.

QUESTÃO 75 - Da leitura das proposituras abaixo:

- I. A ação de consignação em pagamento tem lugar, por exemplo, na hipótese de recusa injustificada do empregado de recebimento de verbas rescisórias incontroversas no prazo legal, a fim de evitar a mora e a multa pelo pagamento tardio.
- II. A concessão do arresto depende de prova literal da dívida líquida e certa, equiparando-se a esta a sentença, líquida ou ilíquida, desde que transitada em julgado, condenando o devedor ao pagamento em dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se.
- III. O livre e regular exercício do direito de greve não pode, por si só, servir de fundamento para ação de interdito proibitório. Sem que haja prova da turbação ou do esbulho iminente, o empregador, na qualidade de possuidor direto, pode ter indeferido o mandado proibitório.
- IV. O protesto interruptivo da prescrição depende de demonstração de legítimo interesse da parte autora, sendo este correspondente ao binômio contemplado no interesse processual previsto no art. 3º do CPC; para tanto, a requerente deve demonstrar o motivo pelo qual pretende a interrupção da fluência do prazo prescricional, bem como especificar o objeto a ser vindicado em futura reclamação trabalhista. Por se tratar de ação cautelar, o réu deve contestá-la em cinco dias, ocasião em que, nos mesmos autos, apresentará contraprotesto.
- V. O procedimento cautelar preparatório não admite audiência para oitiva das partes.

Assinale a alternativa correta:

- A) São corretas as assertivas I e III.
- B) As assertivas II e V são incorretas.
- C) São corretas apenas as assertivas III e V.
- D) Apenas a assertiva IV é incorreta.
- E) As assertivas I e IV são corretas.

QUESTÃO 76 - Assinalar a alternativa correta.

- A) Tendo em vista o que preceitua o art. 37 do CPC, o TST sumulou entendimento no sentido de admitir, em sede recursal, a juntada de procuração, desde que mediante protesto nos autos pela regularização na representação processual.
- B) De acordo com o posicionamento sumulado pelo TST, o efeito devolutivo em profundidade do recurso ordinário, conforme se extrai da redação do § 1º do art. 515 do CPC, transfere ao Tribunal a apreciação de fundamento da defesa não examinado pela sentença, desde que renovado em contra-razões; não se aplica, todavia, ao caso de pedido não apreciado na sentença.
- C) De acordo com o disposto no art. 795 da CLT, as nulidades devem ser invocadas na primeira oportunidade que a parte tiver de falar em audiência ou nos autos, todavia, eventual invalidade de citação poderá ser argüida a qualquer momento.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

D) Da decisão proferida em agravo de petição cabe recurso de revista excepcionalmente nas seguintes hipóteses: violação literal e direta à Constituição Federal ou ofensa à Súmula de Jurisprudência Uniforme do TST.

E) A incompetência absoluta, para ser declarada pelo juízo, prescinde de provocação pela parte por meio de exceção; declarada de ofício a incompetência absoluta, todos os atos praticados são tidos por nulos, remetendo-se os autos ao juiz competente.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 77 - Aponte a alternativa correta:

A) Constituição flexível prevê para a sua alteração processo legislativo idêntico a lei ordinária; Constituição semiflexível prevê para a sua alteração legislativa "quorum" de votação absoluta dos membros presentes em cada casa do congresso.

B) A União é titular de bens como qualquer pessoa jurídica; além dos bens que lhe pertencem, também as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, lagos, rios, ilhas fluviais, zona contígua do mar territorial, atualmente medido em 200 milhas.

C) Os Municípios tem Leis Orgânicas que correspondem a uma espécie de Constituição, sendo necessária a maioria simples dos membros da Câmara Municipal para a sua aprovação.

D) O Distrito Federal é uma unidade autônoma da Federação; pessoa jurídica de Direito Público interno, tendo natureza jurídica de autarquia territorial.

E) O Conselho Nacional de Justiça é órgão do Judiciário e compõe-se de 15 membros com mais de 35 anos e menos de 66 anos de idade, com mandato de dois anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado.

QUESTÃO 78 - Temos as seguintes garantias constitucionais:

1. *habeas corpus*; 2. mandado de segurança individual; 3. ação popular; 4. mandado de injunção; 5. *habeas data*.

Assinale, dentre as alternativas abaixo aquela que representa a exata sequência das apontadas figuras jurídicas:

A) 1. Não cabe em relação a punições disciplinares militares.

2. Serve para direito não tutelável por *habeas corpus* ou por *habeas data*.

3. Se presta à defesa da moralidade administrativa.

4. Não se admite se for somente para criar nova legislação modificadora da já existente.

5. Tem por finalidade a obtenção de certidão informativa de processos judiciais em andamento, para o exercício do direito de petição junto aos órgãos públicos, em 72 horas.

B) 1. Não depende de qualquer formalidade.

2. Deve ter prioridade para julgamento, salvo o *habeas corpus*.

3. Se presta à defesa de patrimônio individual atingido por ato de força do Executivo.

4. Declara a mora dos projetos de leis que transitam pelo Congresso.

5. Busca obter defesa prévia do patrimônio público.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

C) 1. Fixa em trinta dias, contados da notificação judicial, o prazo para que o titular do direito impetre a medida.

2. Estende à autoridade coatora o direito de recorrer.

3. Permite a possibilidade de liminar e faculta ao juiz exigir caução.

4. Permite a impetração, também, por *fac-simile* ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.

5. Não pode ser impetrado durante o “estado de sítio” quando houver medidas de obrigação de permanência em determinado local, ou detenção de edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.

D) 1. Não cabe em relação a punições disciplinares.

2. Os efeitos da liminar, em princípio, permanecerão até a prolação da sentença.

3. Visa a anulação de ato lesivo não só do patrimônio público, mas também à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

4. O pressuposto básico é a falta de regulamentação legislativa, que torna inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

5. O processo que tem esse desiderato terá prioridade sobre todos os atos judiciais, excetuados o *habeas corpus* e o mandado de segurança.

E) 1. É competência da Justiça do Trabalho quando o ato questionado no pedido envolver matéria sujeita à sua jurisdição.

2. A nova lei eleva de cinco para dez dias o prazo para o Ministério Público manifestar-se nos autos e de cinco para trinta dias o prazo para o juiz proferir a sentença.

3. Tende à tutela de interesses coletivos.

4. Destina-se a tutelar interesses difusos ou coletivos da sociedade em geral que necessita daquela norma legal.

5. Deve ser concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do solicitante.

QUESTÃO 79 - No que tange às competências dos entes federativos temos o que segue:

1. Manter o serviço postal e o correio; 2. Legislar sobre trânsito e transporte; 3. Promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo; 4. Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios; 5. Legislar sobre a propaganda comercial.

Assinale, dentre as alternativas abaixo aquela que representa a exata sequência das apontadas figuras jurídicas:

A) 1. União; 2. Municípios; 3. União, Estados e Distrito Federal; 4. Municípios; 5. Estados.

B) 1. União; 2. União; 3. Municípios; 4. União, Estados, Distrito Federal e Municípios; 5. Municípios.

C) 1. União; 2. Municípios; 3. Estados; 4. Estados; 5. Municípios.

D) 1. União; 2. União, Estados e Municípios; 3. Municípios, 4. Estados; 5. Estados.

E) 1. União; 2. União; 3. Municípios; 4. União, Estados, Distrito Federal e Municípios; 5. União.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

QUESTÃO 80 – Em matéria de espécies normativas e de processo legislativo, assinale a alternativa correta.

- A) Pode ser objeto de lei complementar matéria que também pode ser objeto de lei ordinária, sendo que aquelas diferenciam-se desta última pelo “quorum” necessário à sua aprovação, correspondente à maioria simples.
- B) A reedição, na mesma sessão legislativa, de Medida Provisória expressamente rejeitada pelo Congresso Nacional configura hipótese de crime de responsabilidade do Presidente da República.
- C) Para que o Presidente da República possa elaborar Medida Provisória há necessidade de autorização do Poder Legislativo.
- D) O Decreto legislativo veicula matérias atinentes ao Poder Legislativo de cada uma das casas do Congresso, estando completo e apto a produzir efeitos imediatos no território nacional, quando autoriza a entrada no Brasil de um tratado internacional negociado e assinado por representante brasileiro.
- E) A sanção do Presidente da República deve ser expressamente manifestada e o veto, tendo em vista, a sua negativa repercussão, pode ser objeto de retratação, após juízo de reconsideração do chefe do Executivo, no prazo inafastável de trinta dias.

QUESTÃO 81 – No sistema estabelecido pela Lei Maior sobre a Ordem Social, temos:

- I. A Constituição Federal de 1988 consagrou a obrigação do Poder Público na efetividade de um meio ambiente sadio. Portanto, o regime jurídico nesta matéria é especial, exorbita o Direito Comum e deve atentar, também, para as preocupações internacionais.
- II. Há uma exigência constitucional de prévio acesso às instâncias da Justiça desportiva, para as ações cujo teor é referente às competições desportivas, embora tal Justiça não faça parte do Poder Judiciário.
- III. A Constituição Federal definiu como entidades familiares as constituídas pelo casamento civil ou religioso com efeitos civis; a constituída pela união estável entre homem e mulher; e, pela comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.
- IV. A União homoafetiva está expressamente contemplada na Lei Maior, no Código Civil, na Lei Previdenciária como entidade familiar e não pode ser objeto de contrariedade pelas religiões professadas no Estado:
- V. A gratuidade dos transportes coletivos urbanos vem assegurada àqueles que completarem 60 (sessenta) anos de idade.

Assinale a alternativa correta:

- A) As alternativas III, IV e V estão corretas.
- B) As alternativas I, II e III estão corretas.
- C) As alternativas II, III e V estão corretas.
- D) As alternativas II, III e IV estão corretas.
- E) As alternativas I e V estão corretas.

QUESTÃO 82 – Ainda em matéria de ordem social, temos:

- I. A manipulação genética é possível, apesar da falta de regulamentação específica dessa atividade científica, existindo norma constitucional



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

- programática, permitindo que o juiz possa implementá-la, de forma indeterminada.
- II. Tem-se o critério do *ius sanguinis* mais o critério funcional para a aquisição de nacionalidade originária dos nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, se algum deles estiver a serviço da República Federativa do Brasil.
 - III. Pela Constituição atual são considerados, também brasileiros, os nascidos no estrangeiro que hajam sido admitidos no Brasil durante os primeiros cinco anos de vida, estabelecidos no território nacional e optem pela nacionalidade brasileira até dois anos após atingir a maioridade. Trata-se de hipótese excepcional de radicação precoce.
 - IV. A extradição é ato pelo qual um Estado entrega a outro, que lhe formulou o pleito, algum indivíduo que se encontra nos seus limites territoriais, sob a alegação que deve responder pela acusação penal promovida pelo Estado solicitante.
 - V. Deportação é a exclusão do território nacional de estrangeiro que aqui se encontre após entrada irregular ou cuja estada se torne irregular.

Assinale a alternativa correta:

- A) As alternativas I, II e III estão corretas.
- B) As alternativas II, III, IV e V estão corretas.
- C) As alternativas II, IV e V estão corretas.
- D) As alternativas III, IV e V estão corretas.
- E) As alternativas I, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 83 - Uma das características do ordenamento jurídico nacional é o controle de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal. Diante disso, escolha a resposta certa:

- A) As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante para os demais órgãos do Poder Judiciário, restando à Administração Pública, eventual questionamento, por meio do recurso apropriado.
- B) Compete ao Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal e a homologação de sentença estrangeira que não contrarie as normas de ordem pública e a soberania nacional.
- C) Deve o Supremo Tribunal Federal, na declaração de inconstitucionalidade, comunicar a decisão à Câmara Alta e à Câmara Baixa, para que automática e necessariamente ocorra a emissão de uma Resolução suspendendo a execução da norma acoimada do vício.
- D) A Constituição Federal permite uma típica medida cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade julgadas pelo Supremo Tribunal Federal.
- E) Somente a União, como representante da Federação pode ser autorizada pelo Senado a proceder operações externas de natureza financeira.

QUESTÃO 84 - Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. A presunção decorrente da revelia constitui ofensa ao contraditório, ainda que em face dos chamados direitos indisponíveis.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

- II. O estrangeiro residente regularmente no Brasil, ainda que com visto provisório, pode sofrer prisão civil por dívida, salvo se responsável por inadimplemento de obrigação alimentícia.
- III. No caso de improcedência de uma ação popular, o autor, necessariamente cidadão, está isento de custas e honorários advocatícios, a não ser que tenha acionado o Judiciário, de modo infundado e com fim procrastinatório.
- IV. A prisão de natureza criminal, que tem finalidade punitiva, somente pode ser feita em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade competente.
- V. A inconstitucionalidade por omissão representa um controle político pelo Judiciário com finalidade de apontar lacuna específica e de imediato criar lei para o caso concreto.

- A) As alternativas I, II e IV estão corretas.
- B) As alternativas IV e V estão corretas.
- C) As alternativas II e III estão corretas.
- D) As alternativas I e V estão corretas.
- E) As alternativas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 85 - Os direitos e garantias fundamentais revelaram-se como a espinha dorsal do sistema jurídico, devendo o Estado atuar nos diversos setores de interesse público, sem ferir tais direitos e garantias. Em face disso, assinale a alternativa correta:

- A) A defesa do consumidor em juízo somente pode ser feita individualmente, cabendo eventual defesa coletiva apenas para a tutela de direitos individuais e homogêneos, passíveis de serem dimensionados.
- B) Tem-se possível a penhora *pro labore* de pequena propriedade rural familiar, para pagamento de débito devidamente apurado em processo regular, se os valores apontados como devidos decorram de obrigações não cumpridas, estranhas à aquela produção rural.
- C) Indevida a acumulação de indenização de dano material, de dano moral, de dano a imagem e de verbas resilitórias decorrentes da rescisão indireta, pela infringência da letra "e", do artigo 483, da CLT, porquanto tais figuras buscam a satisfação de um mesmo interesse.
- D) O inciso XXXV, do artigo 5º, da Constituição Federal (apreciação pelo Judiciário de lesão ou ameaça de direito) abrange as ações de interesses difusos e coletivos, observando que aqueles são transindividuais de natureza indivisível de pessoas determinadas, ligadas por uma relação jurídica básica e estes são transindividuais, de pessoas indeterminadas, ligadas por circunstâncias de fato.
- E) A Constituição Federal proíbe juízos de exceção, sendo que a lei não pode criar Tribunais militares, esportivos e marítimos em virtude do monopólio do sistema Judiciário pela Federação.

QUESTÃO 86 - Em relação ao processo judicial e acesso ao Judiciário bem como as garantias que a Constituição Federal estabelece, é correto afirmar:

- A) Ao provocar o Judiciário por fato ilícito ou abusivo do Poder Público, o interessado busca obter uma resposta que deve ser dada no prazo máximo de 15 dias.
- B) Todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

C) As súmulas vinculantes e a diminuição do número de recursos extraordinários que devem ser conhecidos pelo Supremo Tribunal Federal, conforme mandamento constitucional, enquadram-se no princípio da sustentabilidade, pelo qual a Suprema Corte deve manter-se atuante, coesa e viável, todavia, é sempre possível reclamationária específica que será decidida pelo Superior Tribunal de Justiça, em colaboração com o STF.

D) Em referência a prova realizada no processo, não se há de indagar se é lícita ou ilícita, porque o bem maior a ser considerado é o de dar a cada um o que é seu.

E) A lei pode ter eficácia retroativa, ainda que venha violar o direito adquirido, como no caso da execução de bens do devedor, cuja propriedade veio a ser consolidada formal e materialmente, nos termos da legislação civil.

QUESTÃO 87 - Em matéria de figuras assentes na linguagem constitucional, assinale a alternativa correta:

A) Cláusulas Pétreas: são identificadas como o conjunto de preceitos integrantes da Constituição Federal, que só podem ser restringidas por Emenda Constitucional.

B) Inconstitucionalidade Superveniente: pode ser designada como a relação de incompatibilidade entre as normas anteriores à entrada em vigor de uma Constituição e esta, que lhe é posterior.

C) Efeito Vinculante: é aquele efeito que se dá somente na ação declaratória de constitucionalidade, conforme menção expressa na Constituição Federal, em consequência de modificação ocorrida com a Emenda 45/2004.

D) Inconstitucionalidade de Lei pelos Tribunais: é possível somente pelo voto da maioria simples dos membros do respectivo órgão especial dos Tribunais presentes à sessão em que tal decisão pode ser tomada.

E) Súmula Vinculante: tem por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas indeterminadas, acerca das quais haja controvérsia entre órgãos judiciários ou entre estes e a administração pública, que possa acarretar insegurança jurídica e a multiplicação infundada de processos sobre idêntica questão.

QUESTÃO 88 - No que concerne a atuação do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

A) Cabe ao Supremo Tribunal Federal o julgamento as infrações penais comuns dos Procuradores do Estado, dos juízes de 1º. Grau de quaisquer ramos do Judiciário e os Delegados da Polícia Federal.

B) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar recurso contra decisão que julgar válida lei local contestada em face de lei Federal.

C) A reclamação constitucional tem por finalidade assegurar a competência dos Tribunais Superiores do Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal.

D) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar as infrações comuns do Presidente da República, do Vice-Presidente, dos membros do Congresso Nacional, dos Ministros, dos Procuradores da União e dos Estados Federados.

E) Também é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, o julgamento de *habeas corpus*, quando o coator for algum dos integrantes dos Tribunais pertencentes à Justiça Comum dos Estados.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 89 - Assinale a alternativa correta:

- A) A irretroatividade da lei é uma garantia em favor do Estado, razão pela qual o ente estatal que editou o ato legislativo não poderá alegá-la, exceto quando se tratar de norma jurídica de ordem pública que poderá retroagir para alcançar os contratos havidos antes do início da sua vigência.
- B) Via de regra, a lei começa a vigorar em todo o país na data da sua publicação, havendo *vacatio legis* de quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada a lei brasileira que for admitida como obrigatória nos Estados estrangeiros.
- C) A *lex domicilii* não se constitui em critério fundamental do estatuto pessoal vez que não há previsão na LICC para a introdução do princípio domiciliar como elemento de conexão para determinação da lei aplicável.
- D) Dá-se a “antinomia de normas” quando há incompatibilidade entre o conteúdo delas, devendo o intérprete solucionar o impasse mediante o afastamento de uma, salvo se não houver incompatibilidade absoluta das normas, quando se procederá a harmonização dos dispositivos. A “hierarquia”, a “cronologia” e a “especialidade” são os principais critérios normativos utilizados para solucionar a questão.
- E) O instituto da “represtinação”, ou seja, a possibilidade de restauração da lei revogada por ter a lei revogadora perdido a sua vigência está previsto na LICC de forma tácita e como regra geral de aplicação automática.

QUESTÃO 90 - Considerando as regras do Código Civil, analise os seguintes enunciados:

- I. A personalidade jurídica civil começa do nascimento com vida, sendo assegurados direitos do nascituro, salvo os relacionados à filiação e à doação.
- II. Cessará a incapacidade para os menores por concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- III. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes, sendo que a indenização não terá lugar se privar do necessário o incapaz.
- IV. Constitui-se em causa da emancipação legal a existência de relação de emprego, ainda que o menor com dezesseis anos completos não tenha economia própria.

Da análise das sentenças acima, é de se concluir que:

- A) Nenhuma assertiva está incorreta.
- B) Somente a assertiva I está incorreta.
- C) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- D) Somente as assertivas I e IV estão corretas.
- E) Somente as assertivas II e IV estão incorretas.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

QUESTÃO 91 - Quanto à validade dos negócios jurídicos, considere as seguintes afirmações, e ao final responda.

- I. Constitui-se em elemento essencial para validade do negócio jurídico que o seu objeto seja possível, física ou juridicamente e determinado ou, ao menos, suscetível de determinação, pelo gênero ou quantidade.
- II. O negócio jurídico concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de que com ele tratou é anulável, havendo prazo legal decadencial para pleitear-se a sua anulação.
- III. O menor, entre dezesseis e dezoito anos, poderá invocar a proteção legal em favor da sua incapacidade para eximir-se da obrigação ou para anular o negócio jurídico que tenha praticado, sem a devida assistência, ainda que dolosamente tenha ocultado a sua idade quando inquirido pela outra parte, ou se espontaneamente declarou-se maior.
- IV. É possível a convalidação do negócio anulável em razão da falta de autorização de terceiro, se este a der posteriormente.
- V. Haverá simulação nos negócios jurídicos quando os instrumentos particulares forem antedatados, o mesmo não se verificando quando forem pós-datados visto que o fato que deu origem ao instrumento já se operou.

É certo afirmar que:

- A) Apenas I, III e V estão corretas.
- B) Apenas II e IV estão corretas.
- C) Apenas as alternativas III e V estão incorretas.
- D) Apenas as alternativas I e IV estão incorretas.
- E) Nenhuma alternativa está correta.

QUESTÃO 92- Analisando as disposições do Código Civil, a alternativa incorreta é:

- A) O princípio da conversão do negócio jurídico constitui-se em medida de exceção em que o negócio jurídico nulo poderá ser aproveitado se contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam às partes supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.
- B) O ato ilícito é aquele praticado em desacordo com a ordem jurídica, sendo considerados elementos essenciais para sua configuração: (a) fato lesivo voluntário, causado pelo agente, por ação ou omissão, negligência ou imprudência; (b) ocorrência de dano material ou moral; (c) nexos causal entre o dano e o comportamento do agente.
- C) A lei considera como causas que impedem que o curso da prescrição se inicie, as circunstâncias fundadas no *status* da pessoa individual ou familiar, para atender a razões de confiança, amizade e motivos de ordem pessoal.
- D) Se a obrigação for indivisível e houver solidariedade ativa, suspensa a prescrição em favor de um dos credores, tal suspensão aproveitará os demais.
- E) Havendo uma causa interruptiva da prescrição, prevista em lei, o prazo prescricional será retomado a contar do ato que a interrompeu, mas se o credor interrompe a prescrição contra o devedor principal, tal fato não aproveitará os devedores solidários ou subsidiários.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

QUESTÃO 93 - Analise as proposições sobre os bens jurídicos nos termos das regras previstas no Código Civil.

- I. Pertencas são bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo provisório, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- II. Os negócios que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertencas, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- III. A dissolução da sociedade conjugal extingue o bem de família.
- IV. Podem instituir bem de família os cônjuges ou a entidade familiar, bem como o terceiro por testamento ou doação, independentemente da aceitação dos cônjuges ou entidade familiar beneficiados.

Responda:

- A) As alternativas I, II e IV estão corretas.
- B) As alternativas I, II e III estão corretas.
- C) Todas alternativas estão incorretas.
- D) As alternativas III e IV estão incorretas.
- E) As alternativas II e IV estão incorretas.

QUESTÃO 94 - Nos termos da legislação civil aplicável em relação à extinção das obrigações não é correto afirmar:

- A) A novação subjetiva passiva, ou seja, aquela que ocorre por substituição do devedor, pode ser efetuada independentemente da anuência deste.
- B) Na dação em pagamento, se o credor for evicto da coisa recebida em pagamento, não se restabelecerá a obrigação primitiva, mas ao evicto cabe o direito de reclamar perdas e danos.
- C) Não haverá compensação quando as partes, por mútuo acordo, a excluïrem, ou no caso de renúncia prévia de uma delas.
- D) O pagamento reiteradamente feito em outro local diverso daquele originalmente combinado faz presumir renúncia do credor em relação ao previsto inicialmente no contrato.
- E) A remissão da dívida, aceita pelo devedor, extingue a obrigação, mas sem prejuízo de terceiro.

QUESTÃO 95 - Analise as proposições acerca das espécies de contratos regulados pelo Código Civil.

- I. O contrato de prestação de serviços não se resolve com a morte de qualquer das partes, vez que poderá ser executado pelo cônjuge, ascendentes ou descendentes até terceiro grau da parte que faleceu.
- II. Se o prestador de serviço contratado por tempo certo, ou por obra determinada se despedir sem justa causa no decorrer do pacto, não terá direito à retribuição vencida e responderá por perdas e danos.
- III. No contrato de empreitada, presume-se o fornecimento pelo empreiteiro dos materiais necessários à realização da obra diante da facilidade de acesso do empreiteiro em obter tais materiais junto ao mercado.
- IV. O mandato outorgado por instrumento público somente pode ser substabelecido através de instrumento público.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

V. A remuneração do corretor será devida quando o resultado previsto na mediação for alcançado, mas não será devido caso o resultado não se efetive em virtude do arrependimento das partes.

Responda:

- A) Apenas I, III e V estão corretas.
- B) Apenas I e IV estão corretas.
- C) Apenas II e V estão incorretas.
- D) Apenas III e IV estão corretas.
- E) Nenhuma delas está correta.

QUESTÃO 96 - Assinale a alternativa incorreta.

- A) Em caso de abuso de personalidade jurídica caracterizada pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial poderá ser declarado judicialmente que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- B) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos; não havendo reciprocidade de direitos e obrigações entre os associados.
- C) Uma pessoa jurídica de direito privado com estabelecimento no Município de Santos, onde se reúne a sua diretoria, e possuindo outros estabelecimentos em municípios de diversos Estados da Federação, tem por domicílio cada um dos estabelecimentos para os atos nele praticados.
- D) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, desde que se comprove que houve por parte dos agentes culpa ou dolo.
- E) Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.

QUESTÃO 97 - Em relação à responsabilidade civil, verifique as seguintes proposições e responda:

- I. O dano se constitui em lesão a qualquer bem jurídico, material ou moral, devendo, em regra ser um dano atual e certo, admitindo-se, por exceção, a possibilidade da reparação pela perda de uma chance.
- II. Quanto às pessoas obrigadas a reparar o dano, o Código Civil elenca: a responsabilidade por ato próprio; responsabilidade por ato de terceiro ou pelo fato de coisas ou animais; responsabilidade em concurso de agentes; responsabilidade de sucessores.
- III. A desproporção entre a gravidade da culpa e o dano pode ser critério hábil a intervir na fixação do *quantum* indenizatório.
- IV. O empregador será responsável pela reparação civil na hipótese de dano causado por seu empregado ou preposto, no exercício do trabalho que lhe competir, ou em razão dele, desde que verificada a culpa deste empregador.
- V. A responsabilidade civil é independente da criminal, porém não se poderá questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre a sua autoria, quando estas questões se encontrarem decididas no juízo criminal.

- A) Apenas I e III estão corretas.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO**

**XXXV CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ DO
TRABALHO SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª
REGIÃO PROVA OBJETIVA SELETIVA**

- B) Apenas II, III e V estão corretas.
- C) Nenhuma assertiva está incorreta.
- D) Apenas I, IV e V estão corretas.
- E) Apenas IV está incorreta.

QUESTÃO 98 - Assinale a alternativa correta, conforme previsão contida em nosso Código Civil vigente.

- A) A cláusula penal estipulada conjuntamente com a obrigação, ou em ato posterior pode referir-se simplesmente à mora.
- B) O contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, inclusive quanto à forma.
- C) Prevalece em nosso direito civil pátrio o princípio da “imutabilidade da cláusula penal”, por importar em pré-avaliação das perdas e danos, razão pela qual não há previsão legal para redução da pena convencional pelo magistrado.
- D) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, o devedor constituir-se-á em mora a partir da sua notificação.
- E) A liberdade de contratar está fundada na autonomia da vontade, estando restrita aos limites da função social do contrato somente nos casos de haver inicial desigualdade entre as partes contratantes.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

QUESTÃO 99 - Assinale a alternativa correta.

- A) Sendo o contrato de aprendizagem por prazo determinado na sua extinção aplicam-se as disposições dos artigos 479 e 480 da CLT.
- B) Segundo a Constituição brasileira é de 12 anos a idade mínima para celebração do contrato de aprendizagem.
- C) O contrato de aprendizagem tem duração máxima de dois anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.
- D) O contrato de aprendizagem pode ser celebrado tácita ou expressamente.
- E) Não há norma jurídica brasileira para que se dê prioridade absoluta à profissionalização do adolescente.

QUESTÃO 100 - Assinale a alternativa correta.

- A) Não há limitação de duração de jornada do adolescente aprendiz que não tenha terminado ensino fundamental.
- B) Os estabelecimentos são obrigados a empregar e matricular número de aprendizes equivalentes a cinco por cento no mínimo e quinze por cento no máximo dos trabalhadores em cada estabelecimento cujas funções demandem formação profissional.
- C) Não há obrigação de inscrição do contrato de aprendizagem em programa de aprendizagem, bastando que a aprendizagem seja compatível com o desenvolvimento físico, moral e psicológico do adolescente.
- D) Para o aprendiz são obrigatórias matrícula e freqüência apenas em escola de ensino fundamental e são facultativas a matrícula e a freqüência à escola de ensino médio, mesmo que na localidade onde se realiza a aprendizagem haja oferta deste ensino.
- E) Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas para atender à demanda dos estabelecimentos não há possibilidade da demanda ser suprida por escolas técnicas de educação.